

XVII ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

Emprego, Desenvolvimento e Coesão Social: Que perspectivas para a regulação económica e social?
23 e 24 de Novembro 2017 :: Escola Superior de Ciências Empresariais-Instituto Politécnico de Setúbal
Tema 4) Relações laborais e responsabilidade social das organizações

Migrações e trabalho na Grande Lisboa¹

Manuel Abrantes
m.abrantes@cesis.org

*SOCIUS/CSG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa
& CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social*

Resumo

Diversos estudos têm mostrado que a integração laboral da população imigrante continua a possuir padrões característicos, des de logo com uma concentração assinalável em sectores e profissões específicas. Também a concentração geográfica tem sido salientada, em particular pelas implicações que daí decorrem para as práticas quotidianas e para a organização colectiva. Esta comunicação problematiza as migrações e o trabalho com base em contributos de diversas correntes teóricas, entre as quais a análise neomarxista, a perspectiva da transformação social e a lente feminista. O intuito é que a revisão de literatura aqui apresentada, bem como a discussão e a aprendizagem proporcionada pela participação no XVII ENSIOT, reforcem os alicerces da etapa seguinte de investigação, que se centrará num trabalho empírico na área da Grande Lisboa em articulação com um conjunto de sindicatos, associações de imigrantes e autarquias dotadas de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes.

Palavras chave: Migrações; trabalho; teoria; globalização.

O presente texto organiza-se em três partes. Primeiro, com o intuito de articular uma linha de pensamento que nos permita estudar a situação contemporânea de trabalhadoras e trabalhadores imigrantes na Grande Lisboa, apresenta-se uma breve revisão de literatura. Segundo, sintetiza-se os resultados de estudos empíricos realizados nos últimos anos. Terceiro, justapondo os contributos teóricos e empíricos, procura-se definir um conjunto de aspectos ou eixos fundamentais para o trabalho a desenvolver no âmbito do projecto “Trabalhadoras/es Imigrantes na Grande Lisboa: Da Integração Laboral à Participação Cívica”, a decorrer entre Setembro de 2017 e Fevereiro de 2019 no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

1. As perspectivas teóricas

Pelo menos desde a década de 1970, estudos inspirados pela escola neomarxista preocuparam-se em compreender não só o que leva as pessoas imigrantes a ocupar uma posição sócio-laboral de desvantagem, mas também qual a função desempenhada pelo trabalho imigrante nas economias

¹ Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do Projecto UID/SOC/04521/2013.

contemporâneas. A partir de estudos empíricos realizados em vários pontos da Europa ocidental, Castles e Kosack (1972, 1985) defendem um entendimento do trabalho imigrante como mecanismo estrutural de redução dos custos de trabalho. Desde que existem direitos laborais, e sobretudo com a regulação das relações produtivas segundo o modelo fordista-keynesiano após a Segunda Guerra Mundial, houve uma sucessão de conquistas substanciais e progressivas por parte da classe trabalhadora – e, por conseguinte, um estímulo crescente ao recrutamento de mão-de-obra estrangeira por esta ser mais barata e mais fácil de dispensar. O quadro regulador e eventuais dinâmicas sociais de discriminação e marginalização asseguram que a população estrangeira é excluída de certos direitos reconhecidos à população nativa. Segundo Castles e Kosack, o Estado, mais do que resolver o problema, beneficia da possibilidade de assim lidar com oscilações económicas e, quando necessário, exportar uma parte do desemprego através das políticas de fronteiras e regular – ou seja, satisfazer e moderar – as aspirações da classe trabalhadora nativa.

Embora se tenham esbatido algumas das assimetrias de épocas passadas, diversas influências no sentido contrário continuam a decorrer da combinação entre pressão salarial, risco de perda da cidadania e economia informal. Neste sentido, as condições de trabalho da população imigrante não devem ser dissociadas de processos políticos mais amplos, tais como a crescente individualização das relações laborais (elemento fundamental das políticas de ‘flexibilidade’ implementadas nas últimas décadas) ou a estratégia de desvalorização interna adoptada ao abrigo dos programas de ‘austeridade’ na Europa. Num texto recente, Castles (2017) mostra justamente as ligações entre a crescente necessidade de migrar e dois processos históricos fundamentais: o colonialismo europeu, concebendo-se o colonialismo como a destruição de formas anteriores de comunidade e a exploração de recursos laborais e naturais em benefício das potências colonizadoras; e a emergência à escala global da ordem económica neoliberal.

É certo que o pensamento neomarxista perdeu alguma da sua força. Importa notar que, de acordo com Piore (2011), o declínio desta corrente analítica integra-se num processo mais vasto: são as relações produtivas e laborais (*industrial relations*) que têm estado em declínio e sob ataque, quer enquanto complexo de instituições e práticas, quer enquanto tradição intelectual, e isto depois de terem sido olhares marxistas e keynesianos a definir uma grande parte do que é a nossa compreensão do plano económico através de conceptualizações, quadros e escalas de análise,

argumentos e articulações com projectos políticos. Esclarece Piore que a sociedade pós-industrial veio minar a credibilidade das relações laborais da mesma maneira que minou a clássica ênfase nos mecanismos económicos e de classe em detrimento de factores sociais, culturais ou identitários. Ao contrário do que muitos teriam previsto, as identidades e orientações económicas não esmagaram as identidades e orientações sociais; a tecnologia não homogeneizou as oportunidades individuais; a especialização profissional de pessoas e das próprias empresas não fez desaparecer os espaços de disputa e as margens de manobra.

Neste momento convém recordar o contributo do mesmo autor num estudo anterior sobre a imigração de carácter laboral (Piore, 1979). Mostrava-se então que as economias industrializadas produzem duas categorias de empregos, das quais apenas uma oferece perspectivas consistentes de progressão salarial, aprendizagem, autonomia e segurança. É na outra categoria, a faixa inferior do mercado de trabalho dual, que se concentram as pessoas imigrantes. Estas, longe dos constrangimentos económicos e sociais experimentados na terra de origem, tendem a mover-se no mercado de trabalho segundo critérios mais pragmáticos e individualizados, pelo menos durante o período inicial, aproximando-se do modelo de actor racional privilegiado pela teoria económica neoclássica. A população imigrante é por isso mais reactiva e mais vulnerável às idiosincrasias da oferta local de trabalho, enfrentando dificuldades acrescidas para adquirir as competências ou os capitais necessários à mobilidade ocupacional em mercados de trabalho dominados por um sector dos serviços fortemente compartimentalizado (Piore e Sabel, 1984).

Voltando a elaborações mais recentes, Piore (2011) confirma que a crise económica pós-2008 coloca questões fundamentais ao quadro analítico neoliberal, mas duvida dos benefícios de nos aferrarmos a noções e memórias de uma época áurea da classe trabalhadora, época que aliás, em muitos lugares – entre os quais Portugal –, foi mais uma promessa ou um horizonte do que uma realidade consolidada (Casaca et al., 2012). Segundo o autor norte-americano, será mais vantajoso que, como Marx, procuremos compreender de que modo funcionam internamente os campos do económico e do social; que, como Marx, adoptemos uma postura crítica face a qualquer corrente de pensamento, incluindo a neomarxista, encontrando-lhe as fraquezas, as lacunas, os potenciais e os riscos para a acção política. Aceitar a ruptura de categorias proposta pela sociedade pós-industrial pode assim constituir um passo para renovar a análise marxista, levando Piore (2011: 800) a afirmar que ‘the most pressing task, morally and scientifically, is to

fashion a broader conceptual apparatus for understanding human activity, one in which, to repeat, human beings are more than economic men, and society is more than a market’.

Para essa ambiciosa tarefa contribuirão diversos trabalhos que podemos reunir de forma lata na perspectiva da transformação social. Defendida num volume recentemente editado por Amelina, Horvath e Meeus (2016), esta perspectiva alicerça-se na premissa de tomar como objecto de estudo não as migrações mas sim a transformação social – para assim chegarmos a uma compreensão dos processos migratórios que não descure a sua complexidade, a sua interligação, a sua variabilidade, a sua contextualidade e as suas mediações a vários níveis (legal, organizacional, familiar, etc.). Propõe-se no referido volume que escrutinemos como as práticas de migração e de mobilidade se estruturam segundo diferenças e mudanças de poder e desigualdade, bem como segundo dinâmicas políticas e disputas em torno da identidade, da pertença e dos sentidos de legitimidade e possibilidade (*senses of entitlement and possibility*). A transformação social deve assim ser concebida como algo continuamente e activamente produzido numa variedade de contextos por uma variedade de actores sociais – individuais e colectivos, estatais e não-estatais.

Será promissor encarar a esta luz a organização colectiva da população trabalhadora. Sabemos que as mudanças socioeconómicas das últimas décadas na Europa foram acompanhadas não só por um crescimento dos fluxos migratórios, mas também pelo declínio do sindicalismo e por importantes alterações internas à classe trabalhadora no que diz respeito à sua composição e às suas distribuições de poder (Streeck, 2005). Uma perspectiva histórica evidencia que a negociação e o conflito são inerentes ao movimento sindical, desde logo porque a agregação de interesses exige a definição de prioridades e a consequente secundarização de certos problemas ou de certas categorias de trabalhadoras ou trabalhadores (Ebbinghaus e Visser, 2000: 62). Por outro lado, consoante o contexto empírico de observação, os diagnósticos de esgotamento do movimento sindical tradicional coexistem com sinais de adaptação e de resposta às dinâmicas de migração e globalização (Penninx e Roosblad, 2000; Waterman, 2001). A adopção de políticas inclusivas por parte dos Estados e a multiplicidade de organizações representativas dos interesses de imigrantes têm influenciado a emergência e a configuração das questões étnicas no seio dos sindicatos (Hyman, 2001; Kolarova e Peixoto, 2009), bem como a formulação de problemas e de políticas públicas (Abrantes, 2013; Carvalho, 2017).

Rigby et al. (1999) alertam ainda para os perigos de reduzir a investigação sobre acção sindical a uma análise dos seus resultados. Argumentam que é preciso igualmente examinar o processo, ou seja, as relações entre membros, a sensibilidade e a habilidade para lidar com diferenças internas e com factores externos, e a capacidade de articulação com novos movimentos sociais. As práticas e as táticas mobilizadas com vista à organização colectiva carregam sempre um significado político, ainda que as pessoas que as protagonizam possam não o definir claramente de antemão. Importa apurar não só como se organizam as pessoas trabalhadoras, mas também ‘para quê’ (Simms e Holgate, 2009).

A perspectiva da transformação social ramifica-se assim em três linhas importantes. Em primeiro lugar, a mudança mais ampla de que as migrações são parte constituinte. Desenvolvendo a proposta analítica de Polanyi, Castles (2010) traça uma nova grande transformação desde a década de 1970 associada à tentativa neoliberal para ‘desincrustar’ (*disembed*) a globalização económica do seu contexto societal e propõe a articulação de várias disciplinas e perspectivas, bem como um leque de ferramentas e escalas de análise abarcando desde a análise quantitativa global à etnografia local.

Em segundo lugar, outros trabalhos têm alertado para a importância de atentarmos à concepção e implementação de políticas públicas. Importa aqui incluir as políticas migratórias, sem dúvida, mas também políticas noutros campos de intervenção como o trabalho, o género, a educação, a desigualdade ou a participação cívica; importa incluir políticas materializadas em medidas legislativas a nível nacional e internacional, sem dúvida, mas também estratégias, discursos e práticas efectivas de instituições que são por vezes menos visíveis e menos formais (Castles, 2017). Questionando a noção tipicamente veiculada de que os governos e as forças políticas desempenham um papel de mediação face a interesses conflituais, Massey (2015) mostra que as mudanças recentes dos padrões migratórios entre o México e os Estados Unidos da América devem, acima de qualquer variável social ou económica, às políticas do país de destino conforme estas foram desenhadas e postas em prática, mormente no interesse dos próprios agentes políticos que ganharam poder e recursos fabricando uma crise migratória onde ela não existia.

Já Carvalho (2017) põe em dúvida a ideia de que a imigração das últimas décadas em Portugal deva ser descrita como resultado de uma combinação de forte procura de mão de obra por parte

de agentes económicos e uma postura permissiva ou impotente por parte do Estado, na linha do que sugeria por exemplo Peixoto (2002). Pelo contrário, Carvalho encontra uma forte associação entre a intensidade dos fluxos irregulares de entrada e a abordagem expansiva encoberta que o Estado adoptou com objectivos económicos patente numa larga tolerância à imigração pós-colonial, na confiança no mercado de trabalho como fonte de legitimação para a concessão de autorizações de residência, na falta de implementação do sistema de quotas, nos vários esquemas de regularização extraordinária (mais restritos sempre que o governo esteve com partidos de direita), no declarado interesse no contributo dos imigrantes para as contas públicas e nos volumes reduzidos de deportações e punições a infractores, sejam imigrantes ou entidades empregadoras. O sector da construção, aquele que mais imigrantes empregou em Portugal até à eclosão da crise em 2008, foi amplamente estimulado pelo investimento público. O simultâneo aumento do número de pessoas empregadas no serviço doméstico, acrescentamos nós, tampouco pode ser dissociado de decisões políticas – mais ou menos conscientes e assumidas. De facto, conclui Carvalho, todos os actores colectivos envolvidos concordavam que o recrutamento de trabalhadores e trabalhadoras estrangeiras promovia a ‘flexibilidade’ laboral, o interesse das entidades empregadoras e o paradigma de baixos custos de trabalho.

Em terceiro lugar, a lente de género é defendida em trabalhos com diversos objectos e metodologias de estudo (Kofman et al., 2000; Ehrenreich e Hochschild, 2002; Andall, 2003; Grassi e Évora, 2007; Gunewardena e Kingsolver, 2007; Casaca e Peixoto, 2010). Algo que encontramos em comum nestes trabalhos é uma abordagem crítica aos modelos ortodoxos de análise, quer aqueles baseados em actores individuais e escolhas racionais (tão ao jeito do pensamento neoliberal), quer aqueles exclusivamente preocupados com o funcionamento do sistema (tão ao jeito do estruturalismo neomarxista). Isto envolve, desde logo, uma maior atenção a espaços e dinâmicas de nível intermédio, tais como a família, a rede social, as instituições.

Há também um esforço, na literatura de orientação feminista, para repensar a reconstruir conceitos e premissas da investigação científica que reflectem normas e expectativas masculinizantes, negligenciando uma grande parte do valor e do sentido do trabalho realizado por mulheres, a começar pelo trabalho doméstico e de cuidado (Oakley, 2000; Bould & Gavray, 2008; Spierings, 2012). Na mesma linha, Gunewardena e Kingsolver (2007: 15) apresentam como tarefa urgente que sustentemos análises da globalização contemporânea na documentação

de vivências quotidianas. Só assim poderemos almejar a conhecer de mais perto o elo interactivo entre dinâmicas sistémicas e experiências pessoais, entre processos transnacionais e vivências localizadas (Burawoy, 1998). Nós, sejamos mulheres ou homens, não nos limitamos a reagir à transformação social: participamos nela.

Por último, a perspectiva do sistema-mundo e das redes globais veio enfatizar o contraste entre a progressiva neutralização de fronteiras à circulação de mercadorias e de capital, sobretudo desde a década de 1970, e o reforço de fronteiras à circulação de pessoas (Reich, 1991; Wallerstein, 1999). Se as economias nacionais, entendidas convencionalmente como unidades autónomas nas quais a população imigrante se integra e entre as quais se move, existem reconhecidamente de modo entrelaçado e interdependente, a atenção deverá voltar-se para as dinâmicas globais de distribuição de recursos e de trabalho. Sassen (2007: 98-9) defende que a compreensão de tais dinâmicas, ao invés de se opor à análise das dimensões locais e produtivas, requer justamente a recuperação destas, pois só assim será possível entender a multiplicidade de economias e de culturas de trabalho nas quais está incrustada a globalização contemporânea. De um ponto de vista mais amplo, a questão é se, de facto, as transformações associadas ao pós-industrialismo e ao pós-fordismo conduzem e sinalizam a desintegração da estrutura de classe e a expansão de estilos de vida fragmentados, identitários, desclassizados. A resposta dependerá da noção de classe que for adotada, podendo esta basearse em dinâmicas de dominação e monopolização de recursos ou na localização da população trabalhadora na estrutura produtiva. A este respeito, é assinalável a consolidação de uma distribuição seletiva de direitos no seio da própria população imigrante, em favor de alguns grupos de profissionais com altas qualificações que desfrutam de maior facilidade para adquirir uma permissão de residência e trabalho no estado de destino (Miles e Satzewich, 1990; Abrantes, 2011).

Retomando a terminologia de Sassen, as metrópoles urbanas assumem uma posição destacada na nova geografia transnacional, justificando que se questione se são também o espaço para novas formas e escalas de desigualdade, bem como de acção política por parte de grupos privilegiados ou desprivilegiados. Em síntese, as classes globais podem entender-se como formações coletivas emergentes que têm por alicerce a partilha de uma posição perante a distribuição de recursos e de poder à escala planetária. Permanece oportuna a distinção entre aspetos objectivos e subjectivos do fenómeno, aspetos que, por sua vez, vão sofrendo transformações assinaláveis de volume e de

significado: falamos de propriedade, de qualificações, de autonomia, mas também de comportamentos, de culturas, de consciências (Costa, 2012). As classes globais germinam quer a partir de identidades mais tradicionais de classe (tipicamente, de matriz nacional), quer em ruptura com as mesmas.

2. O que sabemos sobre o trabalho imigrante na Grande Lisboa?

Os estudos sobre fluxos migratórios salientam o rápido crescimento da população estrangeira em Portugal durante as últimas décadas, assinalando a sua associação a distintas vagas de imigração e ao estabelecimento predominante em Lisboa e seus arredores (Baganha, 1998; Peixoto, 2002, 2008; Góis e Marques, 2009; Góis et al., 2009). A crise económica que se agravou a partir de 2008, com impactos acentuados em sectores específicos como a construção civil, terá contribuído para o abrandamento das entradas, bem como para o aumento do desemprego entre a população imigrante e a maior ocorrência de movimentos de regresso ao país de origem ou de re-migração para outros países (Peixoto, 2011; Abrantes e Peixoto, 2012; Oliveira e Gomes, 2014).

Os mesmos estudos registam oscilações quanto aos países de origem das pessoas estrangeiras que se instalam em Portugal por motivos económicos. Os fluxos tradicionais oriundos de Cabo Verde, Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau foram posteriormente acompanhados por novos países de origem, em especial o Brasil, a Ucrânia e a Roménia. Daí resultou não só o crescimento da diversidade étnica em Portugal, mas também transformações nas práticas de convivência intercultural e nas dinâmicas urbanas (Padilla e Azevedo, 2012).

No que diz respeito à caracterização da população estrangeira em Portugal, note-se ainda a sua distribuição por sexo: se bem que tenha sido sempre elevada, a proporção de mulheres aumentou regularmente ao longo dos anos (Abrantes e Peixoto, 2012), atingindo os 51,5% em 2014 (Oliveira e Gomes, 2016: 37). Vários estudos empíricos sobre mulheres imigrantes na região de Lisboa (Peixoto et al., 2006; Miranda, 2009; Trovão e Ramalho, 2010) dão a conhecer um conjunto de elementos importantes: a centralidade das motivações de ordem económica, muitas vezes com carácter familiar; a preponderância do emprego nos serviços domésticos, frequentemente envolvendo uma mobilidade social descendente face à escolaridade e experiência profissional no país de origem; as fracas perspectivas de mobilidade ascendente posterior devido a dificuldades no reconhecimento de qualificações e à discriminação por parte de entidades

recrutadoras; a ampla difusão da economia informal; a sobrecarga de trabalho remunerado e não remunerado; as vivências quotidianas de discriminação, incluindo violência verbal e física; a pobreza e as dificuldades para pagar as despesas de subsistência, sobretudo se somadas à liquidação de empréstimos contraídos em alguma etapa do processo migratório.

Quanto a sectores de atividade, a integração laboral da população imigrante em Portugal fez-se em larga medida de acordo com um mercado de trabalho segmentado, com predominância de emprego nos sectores da construção civil, da hotelaria, da restauração, da limpeza ou do serviço doméstico (Pires, 2002; Peixoto et al, 2006; Miranda, 2009; Trovão & Ramalho, 2010). A concentração nos segmentos mais desqualificados e subordinados continua a constatar-se nas análises extensivas mais recentes (Oliveira e Gomes, 2014, 2016). Embora alguns dos sectores com maior presença de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros tenham sofrido uma contracção durante a crise económica, verifica-se a estabilidade ou até o crescimento de outras actividades (o turismo, os serviços de segurança) e de certas modalidades de serviço (centros de atendimento telefónico, trabalho temporário). Uma investigação pioneira observou, em Portugal, a particular vulnerabilidade de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros à exploração laboral na construção civil, no serviço doméstico e na agricultura, bem como a escassez de recursos públicos para combater a ocorrência deste tipo de irregularidades (FRA, 2015).

Olhando para as últimas duas décadas, Peixoto (2013) procura relacionar o tipo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal com os ciclos de crescimento e recessão da economia nacional. A sua análise expõe o modelo desigual em que continuou a assentar o desenvolvimento económico ao longo deste período, com elevados níveis de segregação em função de tarefas e ramos de atividade específicos: a população imigrante empregou-se predominantemente em posições do mercado secundário de trabalho, em modalidades formais ou informais; sujeitou-se a vínculos laborais especialmente flexíveis e precários, condição que partilhou com jovens e mulheres de nacionalidade portuguesa; e manteve-se mais vulnerável que a população nacional aos ciclos macroeconómicos – atraída em períodos de crescimento, excluída em períodos de recessão. Peixoto conclui assim que as migrações em Portugal estão associadas a uma combinação particular de consequências, incluindo incrementos de produtividade e impactos positivos sobre a balança comercial e as contas públicas, bem como um reforço das lógicas de trabalho intensivo, barato e precário, sobretudo em setores com baixa

produtividade (construção, alojamento e restauração, comércio, serviço doméstico), dispensando estes sectores de procurar a inovação organizacional, maior incorporação tecnológica ou maior apoio das políticas públicas. Ao inscrever as migrações em fenómenos mais amplos, esta análise longitudinal dá um contributo decisivo para as entendermos na óptica da transformação social.

A posição desfavorável de imigrantes no mercado de trabalho levanta questões particularmente importantes para a organização colectiva, em especial aquela que ocorre por via das estruturas sindicais (Cordeiro, 2008; Kolarova e Peixoto, 2009). A acção colectiva revela-se amiúde difícil e fragmentada em sectores com fracas condições de trabalho, reflexo de desafios já antigos associados às transformações da sociedade industrial e da organização do trabalho. Os estudos salientam as limitações de discurso e de acção por parte das organizações sindicais para envolver pessoas em situação de desemprego ou de vínculo precário (Cerqueira, 2004; Kovács, 2005; Estanque, 2007). Quanto a imigrantes, Portugal ocupa uma posição ambígua de acordo com estudos de comparação à escala europeia (FRA, 2011, 2017; Eurofound, 2015). Por um lado, regista uma elevada taxa de desemprego entre nacionais de países terceiros e é um dos países com menor sindicalização entre imigrantes – 4,3% segundo o European Values Study em 2008, e, em Lisboa, apenas 0,7% segundo o Immigrant Citizens Survey em 2011 (Huddleston e Tjaden, 2012: 48). Por outro lado, destaca-se pela abordagem abrangente e coordenada em que se apoiam as políticas de integração, nomeadamente através da sua articulação com os parceiros sociais, que se envolvem de forma activa na criação de medidas e de projectos (Eurofound, 2015). Compreender esta aparente contradição requer decerto mais investigação empírica acerca das dinâmicas e dos constrangimentos no terreno.

Embora com uma natureza institucional e funções muito distintas dos sindicatos, algumas iniciativas de auto-organização, nomeadamente aquelas enquadradas em associações de imigrantes, procuram preencher esta lacuna no apoio a trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros (Kolarova e Peixoto, 2009; Cantor, 2010). A prestação de apoio pode estar aliás directamente relacionada com dinâmicas de interajuda e representação colectiva, como se verifica no caso dos esforços envidados por duas associações de imigrantes em Lisboa para formar grupos de trabalho constituídos por empregadas domésticas imigrantes visando a promoção da auto-afirmação e a reivindicação pública de direitos (Abrantes, 2013). Por conhecer em detalhe estão ainda as potencialidades de articulação entre o trabalho das associações de imigrantes e o trabalho das

organizações sindicais, recomendada como uma via promissora de intervenção por Kolarova e Peixoto (2009: 128).

Seria precipitado inferir que o movimento sindical em Portugal tem sido pouco reativo aos problemas concretos de pessoas provenientes de países terceiros. Algumas atividades desenvolvidas por sindicatos com o objectivo de apoiar imigrantes e combater a sua exploração laboral são identificadas por Quintas e Cristovam (2003) e por Pereira e Vasconcelos (2007). Já antes, Alves (2002) observava que algumas estruturas sindicais se mantinham atentas à problemática da imigração realizando encontros sobre a imigração, editando materiais de apoio e desempenhando um papel relevante nos processos de regularização extraordinária de imigrantes.

De facto, o estudo de Kolarova e Peixoto (2009) mostra que, desde a viragem do milénio, houve por parte de sindicatos nos sectores com maior presença de mão de obra imigrante diversas iniciativas nesta frente, entre as quais a inclusão de conteúdos anti-discriminação nos contratos colectivos de trabalho e a tradução dos mesmos para línguas estrangeiras; a realização de sessões de esclarecimento e de campanhas de sensibilização incentivando à sindicalização; a colaboração activa em processos de regularização extraordinária com abertura de postos de informação, a constituição de grupos de trabalho ou departamentos próprios para lidar com a temática; ou aproximações ao movimento associativo imigrante, embora neste último ponto o trabalho se tenha limitado sobretudo à difusão de informações e angariação de membros. Kolarova e Peixoto concluem que existe sentido crítico e vontade de superar estas dificuldades por parte de dirigentes sindicais, apesar da limitada abertura das suas organizações a novas dinâmicas e à colaboração com outras entidades.

Entretanto, Costa, Dias e Soeiro (2014: 53) alertam também para o crescimento de novos ‘actores sociolaborais’, de que são exemplo a Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis ou o Movimento dos Sem Emprego, mobilizando ferramentas alternativas, tais como uma ‘forte cultura de ciberactivismo, ao contrário do que tem sido a prática dos sindicatos’. Estes desenvolvimentos não são alheios às reformas laborais e às fortes movimentações sindicais no período de implementação do Memorando de Entendimento (Campos Lima e Abrantes, 2016). Uma das lacunas da literatura prende-se com o modo como as mobilizações de trabalhadores e

trabalhadoras nos últimos anos têm reflectido e integrado, ou pelo contrário marginalizado, as preocupações e os problemas vividos por pessoas estrangeiras em Portugal.

3. Daqui para onde vamos?

Concluimos esta revisão de literatura apontando alguns aspectos fundamentais a desenvolver no projecto em curso. O primeiro aspecto remete para o aprofundamento e a consolidação da inscrição das migrações em fenómenos mais amplos, atentando à participação de imigrantes nos processos de transformação social sem limitar a nossa análise à agência ou à experiência de actores individualizados ou atomizados. Gostaríamos de conhecer melhor o grau e formas de integração de imigrantes em estruturas de organização e representação colectiva, e isto requer que se tome em consideração não só as perspectivas de imigrantes mas também as características destas organizações e as tensões ou constrangimentos que as perpassam. Precisamos de continuar a averiguar o que aconteceu aos trabalhadores e às trabalhadoras imigrantes desde a eclosão da crise em 2008, entendendo que esta tarefa abarca quer vivências no terreno, quer orientações políticas. Por exemplo, que respostas tem dado a política social-democrata europeia às questões do trabalho imigrante para além de procurar minimizar a segmentação laboral ao mesmo tempo que colabora com as dinâmicas estruturantes da acumulação capitalista? Poderíamos, neste quadrante, tomar a mais recente alteração à lei da imigração em Portugal como objecto de análise, recordando que o Estado e os governos são actores também (Donato e Massey, 2016; Carvalho, 2017)?

Talvez mais importante, permanece por investigar a distância entre a articulação formal de estruturas representativas ao nível cimeiro de decisão (governo, sindicatos, organizações não governamentais) e as lacunas de apoio no terreno a trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros em dificuldades. Para dar conta das múltiplas e complexas interações em causa, propomos com este projecto examinar os casos das associações de imigrantes e das organizações sindicais, em linha com a noção de que os processos de integração não envolvem apenas a população imigrante mas toda a sociedade de acolhimento com as suas diversas estruturas e dinâmicas (FRA, 2011). A partir de Amelina, Horvath e Meeus (2016), identificamos três níveis ou campos de intervenção nos quais examinar a capacidade das organizações em causa: a regulação política das migrações, da mobilidade e das fronteiras; as práticas individuais enquanto agente de reprodução ou de

desafio às ordens de poder existentes, incluindo em termos de discurso, da família ou da divisão do trabalho, entre outras coisas; e as lutas simbólicas em torno da pertença e dos sentidos de legitimidade e possibilidade.

De novo, importa resistir a tomar as dinâmicas migratórias como objecto de estudo em si, privilegiando uma compreensão da sua interligação com outras dinâmicas e do seu diálogo com outros agentes políticos, económicos ou sociais. Trata-se de examinar as experiências de imigrantes, sim, mas também de questionar os processos legislativos e reguladores. Poderia ser igualmente informativo conhecer mais aprofundadamente as práticas e os pontos de vista de entidades empregadoras. No fundo, estamos a falar de ângulos distintos para observar um assunto comum.

Por último, convém salientar que nenhuma destas considerações retira importância ao trabalho empírico, bem pelo contrário. É necessário e urgente tomar a cidade como caso experimental natural e recorrer a ferramentas etnográficas para mapear e conhecer a variedade de trabalhos que aí se realizam (Sassen, 2010). Isto deverá permitir-nos uma melhor compreensão dos sectores ou dos serviços directamente integrados na geografia da actual fase do capitalismo global, mas também uma melhor compreensão daqueles que constituem a infra-estrutura estratégica dos primeiros e que abarcam ocupações tão distintas como as de condução de veículos, estafetas, logística e distribuição, restauração, limpeza urbana e comercial, serviço doméstico, entre muitos outros (Sassen, 2016). Na linha de Sassen, poder-se-á desenvolver a conceptualização da Grande Lisboa como uma região com um segmento incorporado na economia empresarial global e um outro excluído? Poder-se-á explorar, no caso desta cidade, algumas das contradições das novas geografias de centralidade – aquelas que não se deixam apanhar pela lógica elementar de núcleo, semi-periferia e periferia? Debruçando-nos sobre a força de trabalho, sobre a distribuição dos recursos económicos e sociais, sobre a repartição do poder político, teremos de estudar não só o que flui mas também o que não flui e o que flui oferecendo resistência.

Bibliografia

- Abrantes, Manuel (2013), “Voices: migrant domestic workers and civil society”, *Migration Letters*, 10(3), pp. 324-332.
- Abrantes, Manuel (2011), *Borders: Opportunities and Risks for Immigrant Workers in Cities of the Netherlands*, Saarbrücken, Lambert.
- Abrantes, Manuel e Peixoto, João (2012), “Género, imigração e flexibilidade laboral: o caso dos serviços domésticos”, in Casaca, Sara Falcão (org.), *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos Vetores de (Des)Igualdade*, Coimbra, Fundação Económicas & Almedina, pp. 133-164.
- Almeida, João Ferreira e Pinto, José Madureira (1975), “Teoria e investigação empírica nas ciências sociais”, *Análise Social* XI (42-43), pp. 365-445.
- Alves, Ricardo (2002), “A imigração no mundo sindical” in SOS Racismo (org.), *A Imigração em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 323-327.
- Amelina, Anna, Horvath, Kenneth e Meeus, Bruno (eds.) (2016), *An Anthology of Migration and Social Transformation – European Perspectives*, Londres, Springer.
- Andall, Jacqueline (ed.) (2003), *Gender and Ethnicity in Contemporary Europe*, Oxford, Berg.
- Baganha, Maria Ioannis (1998), “Immigrant involvement in the informal economy: the Portuguese case”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24 (2), pp. 367-385.
- Bould, Sally e Gavray, Claire (2008), “Women’s work: the measurement and the meaning”, *ex aequo* 18, pp. 57-83.
- Burawoy, Michael (1998), “The extended case method”, *Sociological Theory*, 16 (1), pp. 4-33.
- Campos Lima, Maria da Paz e Abrantes, Manuel (2016), *Dialogue for Advancing Social Europe – Country Report: Portugal*, Lisboa, CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Cantor, Guillermo (2010), “Struggling for immigrants’ rights at the local level: the domestic workers bill of rights initiative in a suburb of Washington, DC”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36 (7), pp. 1061-1078.
- Carvalho, João (2017), “Bringing the state back in’: A political economy analysis of Portuguese immigration policy”, *Mediterranean Politics*, DOI: 10.1080/13629395.2017.1352569
- Casaca, Sara Falcão (ed.) (2012). *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos Vetores (Des)Igualdade*, Coimbra, Fundação Económicas & Almedina.
- Casaca, Sara Falcão e Peixoto, João (2010), “Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione”, *Sociologia del Lavoro*, 117, pp. 116-133.
- Castles, Stephen (2017), “Migration policies are problematic – because they are about migration”, *Ethnic and Racial Studies*, 40 (9), pp. 1538-1543.
- Castles, Stephen (2010), “Understanding global migration: a social transformation perspective”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36 (10), pp. 1565-1586.
- Castles, Stephen e Kosack, Godula (1972), “The function of labour immigration in Western European capitalism”, *New Left Review*, I/73, pp. 3-21.
- Castles, Stephen e Kosack, Godula (1985), *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- Cerdeira, Maria Conceição (2004), *Dinâmicas de Transformação das Relações Laborais em Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
- Cordeiro, José Manuel (2008), “O movimento sindical e a complexidade do fenómeno migratório”, *Migrações*, 2, pp. 207-211.
- Costa, António Firmino (2012), “Desigualdades globais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68 (9), pp. 9-32.

- Costa, Hermes Augusto, Dias, Hugo e Soeiro, José (2014), “As greves e a austeridade em Portugal: olhares, expressões e recomposições”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, 103, pp. 173-202.
- Donato, Katharine M. e Massey, Douglas (2016), “Twenty-first-century globalization and illegal migration”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 666 (1), pp. 7-26.
- Ebbinghaus, Bernhard e Visser, Jelle (orgs.) (2000), *Trade Unions in Western Europe Since 1945*, Basingstoke, Macmillan.
- Ehrenreich, Barbara e Hochschild, Arlie Russell (orgs.) (2002), *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*, Nova Iorque, Owl Books.
- Estanque, Elísio (2007), “A questão social e a democracia no início do século XXI – Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo”, *Finisterra*, 55-56-57, pp. 77-99.
- Eurofound - European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2015), *Challenges of Policy Coordination for Third-Country Nationals*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- FRA - European Union Agency for Fundamental Rights (2017), *Together in the EU: Promoting the Participation of Migrants and their Descendants*. Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- FRA - European Union Agency for Fundamental Rights (2015), *Severe Labour Exploitation: Workers Moving within or into the European Union – States’ Obligations and Victims’ Rights*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- FRA - European Union Agency for Fundamental Rights (2011) *The Impact of the Racial Equality Directive: Views of Trade Unions and Employers in the European Union*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- Góis, Pedro, Marques, José Carlos, Padilla, Beatriz e Peixoto, João (2009), “Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal”, *Migrações*, 5, pp. 111-133.
- Góis, Pedro e Marques, José Carlos (2009), “Portugal as a semi-peripheral country in the global migration system”, *International Migration*, 47 (3), pp. 21-50.
- Grassi, Marzia e Évora, Iolanda (eds.) (2007), *Género e Migrações Cabo-verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Gunewardena, Nandini e Kingsolver, Ann E. (eds.) (2007). *The Gender of Globalization: Women Navigating Cultural and Economic Marginalities*, Santa Fe, School for Advanced Research Press.
- Huddleston, Thomas e Tjaden, Jasper Dag (2012), *Immigrant Citizens Survey – How Immigrants Experience Integration in 15 European Cities*, Brussels, King Baudouin Foundation and Migration Policy Group.
- Hyman, Richard (2001), *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*, Londres, Sage.
- Kofman, Eleonore, Phizacklea, Annie, Raghuram, Parvati e Sales, Rosemary (2000), *Gender and International Migration in Europe: Employment, Welfare and Politics*, Londres & Nova Iorque, Routledge.
- Kolarova, Marina e Peixoto, João (2009), *Sindicatos e Imigração em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Kovacs, Ilona (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta.
- Massey, Douglas (2015), “A missing element in migration theory”, *Migration Letters*, 12 (3), pp. 279-299.
- Miles, Robert e Satzewich, Victor (1990), “Migration, racism and ‘postmodern’ capitalism”, *Economy and Society*, 19 (3), pp. 334-358.
- Miranda, Joana (2009), *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Oakley, Ann (2000), *Experiments in Knowing: Gender and Method in the Social Sciences*, Cambridge, Polity Press.

- Oliveira, Catarina Reis (coord.) e Gomes, Natália (2016), *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*, Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações.
- Oliveira, Catarina Reis (coord.) e Gomes, Natália (2014), *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal: Relatório Estatístico Decenal*, Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações.
- Padilla, Beatriz e Azevedo, Joana (2012), “Territórios de diversidade e convivência cultural: considerações teóricas e empíricas”, *Sociologia*, 22, pp. 43-67.
- Peixoto, João (2013), “Imigração, emprego e mercado de trabalho em Portugal: os dilemas do crescimento e o impacto da recessão” in Fonseca, Maria Lucinda, Góis, Pedro, Marques, José Carlos e Peixoto, João (orgs.) (2013), *Migrações na Europa e em Portugal – Ensaio de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Coimbra, Almedina, pp. 159-184.
- Peixoto, João (2011), “How the global recession has impacted immigrant employment: the Portuguese case” in Papademetriou, Demetrios G., Sumption, Madeleine e Terrazas, Aaron (orgs.), *Migration and the Great Recession: The Transatlantic Experience*, Washington, Migration Policy Institute, pp. 106-125.
- Peixoto, João (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, *Migrações*, 2, pp. 19-46.
- Peixoto, João (2002), “Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (3), pp. 483-497.
- Peixoto, João (org.) (2006), *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*, Lisboa, SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações.
- Penninx, Rinus e Roosblad, Judith (2000), *Trade Unions, Immigration, and Immigrants in Europe, 1960-1993: A Comparative Study of the Attitudes and Actions of Trade Unions in Seven West European Countries*, Nova Iorque, Berghahn Books.
- Pereira, Sónia e Vasconcelos, João (2007), *Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado: Estudos de Caso e Respostas de Portugal*, Genebra, OIT - Organização Internacional do Trabalho.
- Piore, Michael (2011), “Whither industrial relations: does it have a future in post-industrial society?”, *British Journal of Industrial Relations*, 49 (4), pp. 792–801.
- Piore, Michael (1979), *Birds of Passage*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Piore, Michael e Sabel, Charles (1984), *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*, Nova Iorque, Basic Books.
- Pires, Rui Pena (2002), “Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-186.
- Portes, Alejandro (org.) (1995), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation.
- Quintas, Célia e Cristóvam, Maria Luísa (2003), *Comparative Study on Migration and Industrial Relations – the Case of Portugal*, EIRO, Eurofound - European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Reich, Robert (1991), *The Work of Nations*, Londres, Simon & Schuster.
- Rigby, Mike, Smith, Roger e Lawlor, Teresa (orgs.) (1999), *European Trade Unions: Change and Response*, Londres, Routledge.
- Sassen, Saskia (2016), “The global city: enabling economic intermediation and bearing its costs”, *City & Community* 15 (2), pp. 97-108.
- Sassen, Saskia (2010), “Global inter city networks and commodity chains: any intersections?”, *Global Networks*, 10 (1), pp. 150-63.
- Sassen, Saskia (2007), *A Sociology of Globalization*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company.

Simms, Melanie e Holgate, Jane (2010), “Organising for what? Where is the debate on the politics of organising?”, *Work, Employment & Society*, 24 (1), pp. 157-168.

Spierings, Niels (2012), “The inclusion of quantitative techniques and diversity in the mainstream of feminist research”, *European Journal of Women’s Studies*, 19 (3), pp. 331–347.

Streeck, Wolfgang (2005), “The sociology of labour markets and trade unions” in Smelser, Neil e Swedberg, Richard (orgs.), *The Handbook of Economic Sociology*, 2nd edition, Princeton, Princeton University Press, pp. 254-283.

Trovão, Susana e Ramalho, Sónia (2010), “Repertórios Femininos em Construção num Contexto Migratório Pós-Colonial: Participação Cívica e Política de Mulheres de Origem Africana”, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Wallerstein, Immanuel (1999), *The End of the World as We Know It. Social Science for the Twenty-First Century*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Waterman, Peter (2001), *Globalization, Social Movements and the New internationalisms*, Londres, Continuum.